



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Rita de Cássia Santos da Silva

**Da alfabetização à alfabetização e letramento:
algumas histórias**

**Salvador
2008**

Rita de Cássia Santos da Silva

**Da alfabetização à alfabetização e letramento:
algumas histórias**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Professora Dr^a. Lícia Maria Freire Beltrão, como requisito parcial para conclusão do Curso de Pedagogia .

Salvador
2008

RITA DE CÁSSIA SANTOS DA SILVA

**Da alfabetização à alfabetização e letramento:
algumas histórias**

Texto apresentado à monografia.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Ana Cristina Farias

Professora Naomi Pereira de Santana

Professora Dr^a Lícia Maria Freire Beltrão (Orientadora)

Agradeço a Deus pela conquista de chegar até aqui e pela oportunidade de vivenciar ricas experiências. Agradeço aos meus pais pela vida e pelo carinho.

À minha família, pelo incentivo verdadeiro de Indira, Carla, Paulo Sérgio, Didi, Gandhi, Patrícia.

De maneira especial à minha orientadora Lícia Beltão por estudar e refletir juntamente a mim sobre a alfabetização.

Não poderia deixar de agradecer também o carinho dos amigos e colegas que atravessaram essa jornada. Quero ressaltar o apoio a este trabalho de Tais, Carla, Adilson Dani, uma vez que participaram de forma singular do desenvolvimento do mesmo.

Enfim, quero expressar minha gratidão a todos que de alguma forma colocaram “tijolos” nesta construção.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a história da alfabetização dos anos 80 ao momento atual, buscando compreender as práticas envolvidas neste processo. Para o alcance do objetivo, proponho uma pesquisa de base bibliográfica. Inicialmente descrevi a experiência da minha alfabetização sob a forma de diário, mais adiante, abordei sobre a invenção da escrita, assim como sua relevância no meio social, descrevi ainda sobre a educação brasileira no cenário das Leis, tendo em vista a alfabetização, perpassei pela história dos métodos e suas variações, chegando as atuais concepções e descobertas referentes à “psicogênese da língua escrita“. Enfatizei o letramento como nova e importante concepção referente ao Ensino Fundamental de nove anos. Com o estudo, concluo sobre o quanto é importante alguns saberes necessários ao alfabetizador compreendendo questões que até então eram desconhecidas.

Palavras-chaves: Alfabetização, Métodos, Letramento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
DIÁRIO DE UMA ALFABETIZADA	
2. CAMINHO METODOLÓGICO.....	10
3. INVENÇÃO DA ESCRITA.....	11
3.1. A LÍNGUA ESCRITA E SUA RELEVÂNCIA.....	14
3.2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA E ALFABETIZAÇÃO: UM DESAFIO HISTÓRICO.....	16
4. ALFABETIZAÇÃO: DIÁLOGO SOBRE OS MÉTODOS.....	19
4.1. PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM NOVO OLHAR SOBRE A ALFABETIZAÇÃO.....	22
5. CONCEPÇÕES SOBRE LETRAMENTO E ALFABETIZAR LETRANDO.....	25
6. O ENSINO DE NOVE ANOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	27
7. EXPECTATIVAS DE LEITURA.....	28
8. REFLEXÃO: O QUE AGORA SEI DO QUE NÃO SABIA.....	29

REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO: DIÁRIO DE UMA ALFABETIZADA

Querido diário, eu alfabetizanda, alfabetizada não alcançava a teoria sobre alfabetização. Hoje, quase professora, egressa do Curso de Pedagogia-FACED/ UFBA quero ter conhecimento das histórias de alfabetização escritas neste período de vinte e oito anos. Da década de 80 a 2008.

Quero compartilhar o meu encontro com as primeiras letras e palavras aos seis anos de idade. Essa é a história de como aprendi a ler e escrever, como fui alfabetizada em uma escola da rede pública de ensino no interior da Bahia, onde eu morava. Uma cidade pequena chamada Ribeira do Pombal, localizada no sertão baiano.

Posso contar essa experiência, baseada na memória que trago e nos relatos feitos pela minha família. Hoje, quase Pedagoga, consigo refletir sobre a minha experiência, sobre o quanto as práticas de alfabetização foram e continuam sendo modernizadas, pensadas e referenciadas. Reflito ainda sobre o que pretendo socializar com meus futuros alunos e, sobretudo, aquilo que não pretendo reproduzir na minha prática docente, tendo em vista a experiência que aqui descrevo.

Já faz algum tempo que fui alfabetizada, mas precisamente vinte anos, porém costumamos recordar a primeira professora, os primeiros colegas, as brincadeiras, enfim, costumamos guardar coisas importantes de uma fase especial chamada infância.

Na condição de criança, não imaginava que aprender a ler e a escrever eram processos. Não imaginava que a esses processos era destinado o nome específico de alfabetização. Muito menos que existia um conceito próprio para esse termo assim como definido: Alfabetização é o processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita, dentre outras inúmeras definições possíveis de se encontrar.

Naquele momento, conceitos não significavam nada, a real importância estava presente nas ferramentas que, aos poucos, me tornariam uma criança alfabetizada, como o próprio conceito diz: capaz de ler e escrever. Percebo que a leitura e a escrita são importante no contexto social.

Dentre suas relevâncias estão à escrita com funcionalidade, assim como o interesse pelos vários objetos portadores de texto, condutores de leituras diversas.

Acredito ter sido alfabetizada apenas no sentido reduzido da palavra, decodificar (ler) e codificar (escrever). Pelo que recordo, a função social da linguagem acredito ter sido esquecida, apesar de que, tive uma professora dedicada.

Lembro quando a mesma solicitava à turma que pegasse os livros, pois naquela manhã iríamos conhecer mais uma "letrinha" do nosso alfabeto, posteriormente conheceríamos também a família daquela mesma letra.

Eram tantas letras que parecia não mais ter fim, ensinadas uma a uma, identificadas como vogais e consoantes todas fixadas logo acima do quadro de giz.

A professora dizia que a letra "A" era uma ladeirinha que subia, descia e tinha um traço no meio. Por sua vez, a letra "B" era um palitinho com duas barrigas. Para cada letra ela encontrava uma comparação e assim seguia a

minha aprendizagem. A "técnica," visando ao ler e escrever prevalecia sobre a compreensão, o significado, o sentido.

Hoje tenho consciência de que a forma de aprendizagem que tive faz parte de um método conhecido como tradicional e depois de algumas vivências, experiências e leituras penso e concordo com a seguinte afirmação:

Os métodos tradicionais estão totalmente desintegrados do meio social. Suas finalidades, suas regras, suas prioridades são diferentes das necessidades reais da criança. Sua proposta está defasada, e com isso, torna-se impotente para facilitar ou permitir que a criança seja ela mesma, que cresça, que pense. (FEIL, p. 29).

Não quero e nem posso negar que me alfabetizei pelo método tradicional, se não jamais poderia dividir essa história, utilizando como artifício a escrita. Mas, analisando as práticas atuais sinto que poderia ter sido diferente e muito mais interessante.

Posso descrever as páginas do livro com essa semelhança:

TATU

Vamos descobrir a palavra tatu:

O tatu saiu da toca

Tito cutuca o tatu

Vamos ler as sílabas:

Ta te ti to tu

Ta Te Ti To Tu

FONTE: (MORTATTI. Os sentidos da alfabetização, p. 17)

Acredito serem essas as estratégias de leitura e escrita utilizadas neste contexto, assim como acredito existirem novas estratégias e possibilidades.

Posso aqui relacionar uma série de "não" incentivo à leitura no meu processo de alfabetização, pois não havia biblioteca na escola, não existia a cultura de socializar livros para que pudéssemos levar para casa, assim como não me recordo da existência de rodas de histórias com frequência.

A escola até possuía um pequeno acervo de histórias infantis, porém não chegava às nossas mãos, porque poderíamos rasgar os livros, o mais seguro então era mantê-los na prateleira mais alta, mesmo que somente a poeira pudesse se aproximar de suas páginas.

Hoje, percebo a importância de tais práticas para a formação leitora da criança e, enquanto professora, não pretendo deixar que os livros continuem empoeirados nas prateleiras, pois eles têm outros espaços bem mais significativos para ocupar.

Continuando...

Cheguei à primeira série do ensino fundamental alfabetizada, conhecia todas as letras, lia palavras e frases. Escola nova, novas experiências, chegava o momento de ingressar em uma série que iria aprimorar o meu processo de alfabetização.

Nessa nova etapa tinha como principal apoio de aprendizagem o livro didático de nome "Aquarela", suporte para a leitura de textos nele contido, assim como as interpretações dos mesmos textos.

Suporte também para o exercício de "cópias", as cópias, por sua vez, estavam destinadas para aqueles alunos que apresentavam um mau comportamento. O exercício da escrita deveria ser em nossas escolas um artifício de fruição e expressão de idéias e conhecimento, mas fazendo uma análise não é difícil perceber que copiar um texto determinado, de preferência extenso, revela o ato de escrever como sendo uma punição ou como uma forma de manter a criança ocupada por um tempo.

Quantas outras formas de escrita poderiam ter sido exploradas e valorizadas, quantas histórias poderiam ter sido recontadas, tantos outros registros poderiam ter sido elaborados, ao invés de cópias maçantes, mecânicas e sem propósito algum.

Sou fruto de uma era copista, do ditado de palavras, da redação feita a partir de gravuras retiradas de uma caixa. Acredito que muitos outros também são oriundos desta realidade. Certamente, os métodos de alfabetização disponíveis, revelam o pensamento de uma dada época, assim como uma concepção sobre o processo educacional, evidenciado no dia-a-dia da sala de aula.

Hoje me pergunto quais são as melhores estratégias de aprendizagem da leitura e escrita e como considerar as experiências das crianças, uma vez que essas se encontram imersas em um amplo mundo letrado. Em vista do que reflito no que adotei como diário, esse estudo tem como objetivo fazer uma análise histórica da alfabetização desde a década de oitenta ao momento atual, buscando compreender as práticas envolvidas neste processo.

O despertar para o presente estudo surgiu a partir da análise do processo da minha alfabetização, o qual aqui descrevo. Sobretudo, no momento em que o mesmo se encaminhava, não alcançava a teoria com relação aos métodos, às práticas sociais de escrita, dentre outros aspectos. A questão fundamental que este estudo busca elucidar é que concepções o alfabetizador deve trazer consigo com relação à prática de inserção de seus alunos no universo da leitura e escrita?

O que a literatura tem a dizer sobre os métodos de alfabetização, sobre o letramento, sobre a relevância da escrita? As questões que aqui são postas poderão ser encontradas e melhor esclarecidas nos capítulos que seguem.

2. CAMINHO METODOLÓGICO

Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para sair daqui?
Perguntou Alice.
-Isso depende bastante de onde você quer chegar, disse o gato.
O lugar não me importa muito, disse Alice.
-Então não importa que caminho você irá tomar, disse o gato.

(LEWIS CARROLL)

O trabalho monográfico aqui constituído se caracteriza por ser de base bibliográfica. Dessa maneira, proponho realizar um estudo da literatura com relação à Alfabetização, tendo como referência a década de oitenta, estrategicamente pensada por se tratar do período em que decorreu a minha alfabetização.

Por se tratar de uma revisão bibliográfica, o estudo será elaborado a partir de material já publicado, constituído, principalmente, a partir de fichamentos de artigos, resumo de livros, através de informações contidas no portal de periódicos do SCIELO. Enfim, será desenvolvido a partir de fontes que façam referência ao tema.

Considerando pesquisadores importantes que abordam a temática da alfabetização trago para a discussão CAGLIARI, FERREIRO, assim como KLEIMAN, SOARES no que se refere à questão do letramento, destaco ainda autores como BARBOSA, FEIL, MORTATTI, dentre outros que poderão ser encontrados.

No que se refere ao ponto de vista metodológico, o estudo se encontra estruturado: Diário de uma alfabetizada, no qual expus minha experiência, enquanto alfabetizanda, descrevendo o contato inicial com as primeiras letras. A seguir se encontra a história da invenção da escrita, bem como seu surgimento, evolução e relevância social, já que a escrita é "conteúdo" da alfabetização. Abordo ainda a educação brasileira nas proximidades dos anos 80, trazendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBE, com relação ao chamado ensino fundamental, no qual o período de alfabetização se encontra inserido. Logo após, trago o histórico dos métodos, concepções e considerações sobre letramento, Ensino Fundamental de nove anos, assim como expectativas de leitura a seres feitas respectivamente. Trago ainda algumas reflexões com relação ao exposto.

Indicações das fontes bibliográficas, ao final dos capítulos seguintes, possibilitarão aos interessados aprofundar-se nesta temática.

Dessa forma, na seqüência, inicio pela invenção da escrita.

3. A INVENÇÃO DA ESCRITA

[...] E esse mundo cheio de escrita como o nosso, você consegue imaginar um tempo completamente diferente? Um tempo em que a escrita não existia? [...]

(ZATZ, p. 5, 2002)

A escrita, enquanto produção social passou por variadas transformações ao longo da história da humanidade. Sabemos que as pessoas antigas se utilizavam dos desenhos e pinturas como forma de expressão. Sabemos também que esse foi o primeiro passo que a humanidade deu no caminho rumo à escrita.

Proponho escrever sobre esta extraordinária invenção, tomando por base a compreensão de Lia Zatz em seu livro "Aventura da escrita: história do desenho que virou letra", a contribuição de "O livro da escrita" de Ruth Rocha e Otavio Roth, atrelada a concepções de outros autores.

Iniciando a Aventura da escrita, Zatz (2002, p. 23) diz que, quando o homem começou a plantar, criar animais, construir cidades, a escrita se tornou instrumento necessário, pois era preciso controlar os rebanhos e produtos transportados do campo para a cidade.

O surgimento da escrita tem suas manifestações presentes no mundo antigo. É possível dizer que a Suméria é o berço da escrita em um momento histórico caracterizado pela simultaneidade de uma série de outros elementos civilizatórios.

A escrita surge acompanhada de um notável desenvolvimento das artes, do governo, do comércio, da agricultura, da manufatura, dos transportes. Observando os fatores geográficos, sociais e econômicos que conduzem ao desenvolvimento de uma civilização, notamos que o complexo de condições que se origina nesse momento histórico não poderia funcionar se não existisse a escrita. (BARBOSA, 1994, p. 34)

Ainda segundo o que Barbosa (1994, p. 34) nos afirma: "[...] a escrita tem sua origem no momento em que o homem aprende a comunicar seus pensamentos e sentimentos por meio de signos. Signos que sejam compreensíveis por outros homens que possuem idéias sobre como funciona esse sistema de comunicação".

Dentre os sistemas de escrita, resalto a escrita pictográfica, representada pelos pictogramas, momento histórico, marcado pela representação por meio de desenhos. Assim sendo, se faziam necessários inúmeros signos em função dos objetos e idéias a serem transmitidos.

Para Cagliari (1990, p. 108), "[...] os pictogramas não estão associados a um som, mas à imagem do que se quer representar. Consistem em representações bem simplificadas dos objetos da realidade".

Complementando a idéia anterior:

"Quando o homem desenhava um boi, queria dizer boi; quando desenhava um jarro, queria dizer jarro; e quando desenhava o sol, queria dizer sol. Era a escrita pictográfica." (ROCHA; ROTH, 1992, p. 7)

Aos poucos, foi-se tornando necessário escrever mais palavras, assim, era praticamente impossível inventar sinais para todas elas. Quando o homem passou a utilizar o mesmo sinal na representação de palavras semelhantes, foi nesse momento que surgiu outro tipo de representação, a escrita ideográfica.

"[...] então, quando desenhava um boi, nem sempre queria representar um boi. Podiam estar representando uma boiada, o gado, ou simplesmente a carne. [...]"

"[...] e quando desenhavam o sol, podiam estar representando o dia, a luz, ou até mesmo o calor" (ROCHA: ROTH,1992, p. 8).

Surge uma nova fase no cenário da escrita, com características semelhantes à fase anterior, porém se aperfeiçoando com a simplificação dos signos. A escrita ideográfica é, portanto, "[...] composta por sinais que representam idéias e não palavras." (BARBOSA, 1994, p. 35).

Contudo, a escrita ideográfica se caracteriza como um dos inventos originários da escrita alfabética, que se fixou até a atualidade, uma vez que é possível dizer que as letras do nosso alfabeto são originárias desse tipo de evolução.

Dessa forma, chegamos à fase alfabética, cuja característica é o uso de letras. Para Cagliari (1990, p. 109), as letras "[...] tiveram sua origem no ideograma, mas perderam o valor ideográfico, assumindo uma nova função de escrita: a representação puramente fonográfica [...]"

De acordo com Barbosa (1994, p. 110), "[...] a escrita alfabética é a que apresenta um inventário menor de símbolos e permite a maior possibilidade combinatória de caracteres na escrita.

Inicialmente, o nosso alfabeto não apresentava as características que ora apresenta, foi necessário os gregos adaptarem o sistema de escrita fenícia, agregando o uso de vogais, uma vez que, para esse povo, as vogais têm função lingüística relevante na formação e reconhecimento de palavras. Assim sendo, os gregos, escrevendo consoantes e vogais, criaram o sistema de escrita alfabética que, posteriormente, foi adaptada pelos romanos originando assim o nosso alfabeto:

fenício	◀ ◁ ↷ ↶ ↵
grego clássico	Α Β Γ Δ Ε
grego atual	Αα Ββ Γγ Δδ Εε
latino	Aa Bb Cc Dd Ee

FONTE: www.invivo.fiocruz.br, O abecê da escrita.

Sobre esta invenção e conseqüente evolução, Rizzo diz (1998, p.13): "[...] o alfabeto atual, que nos permite escrever qualquer palavra conhecida, é o

resultado de longos anos de história da escrita do homem e decorrente da necessidade de registrar fatos, idéias e pensamentos”.

Diante do exposto, a evolução da escrita busca simplificação e agilidade na representação e sempre foi marcada por necessidades historicamente determinadas.

Na minha concepção, essa é uma história que precisa ser lida, compreendida pelos professores alfabetizadores, visando à partilha com os alfabetizando a compreensão da escrita alfabética como grande invenção do homem.

É necessário sensibilidade para que essa compreensão de fato aconteça. À época em que fui alfabetizada, não ocorreu nenhuma referência a esse importante fato histórico - a invenção da escrita. Naquele momento letras e escrita se apresentavam essenciais ao ato de "ler", no entanto, muito desconhecia com relação a sua essência, a sua história, a sua evolução.

Fazendo referência às palavras de Kato (1995, p. 11) "o caminho que o homem percorreu em sua história para descobrir a escrita reflete-se de forma impressionante nas concepções da criança ao adquirir a escrita", percebo que a história da escrita se constrói cada vez que o sujeito se insere no mundo da escrita, dessa forma, ao pensarmos a evolução histórica da mesma, podemos estabelecer relações com o processo de aquisição desse instrumento por parte das crianças que se alfabetizam.

3.1. A LÍNGUA ESCRITA E SUA RELEVÂNCIA

Continuamos a viver em uma sociedade fortemente marcada pela presença da escrita. Assim sendo:

"O mundo moderno precisa da escrita até para as coisas mais simples: a compreensão de placas, as instruções para manejo das máquinas, as bulas de remédio." (ROCHA; ROTH, 1992, p. 29)

Encontramos assim em Soares: "[...] a língua escrita é um objeto de uso cultural, com uma existência social (e não apenas escolar). Quando as crianças vivem em um ambiente urbano, encontram escritas por toda parte [...]" (SOARES, 1995, p. 37).

O objetivo essencial do ato de escrita deve ser o fato de alguém ler o que se encontra escrito. Neste aspecto, Cagliari tem a nos dizer:

A escrita se diferencia de outras formas de representação do mundo, não só porque induz a leitura, mas também porque essa leitura é motivada, isto é, quem escreve diferentemente, por exemplo, de quem desenha, pede ao leitor que interprete o que está escrito, não pelo puro prazer de fazê-lo, mas para realizar algo que a escrita indica. [...]" (CAGLIARI, 1990, p. 105)

Conforme disse Soares e citei anteriormente, a escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Imersa em um mundo onde a presença desse objeto se encontra fortemente marcada, a criança procura compreender a natureza dessas marcas especiais.

A escrita é uma atividade nova para a criança, e por isso requer um tratamento especial na alfabetização. No entanto, antes mesmo da escolarização, algumas crianças são capazes de elaborar hipóteses a respeito da mesma.

[...] "Assim como as ciências físicas, a história, a literatura, a alfabetização também tem um conteúdo: a língua escrita; espera-se que de posse do conhecimento da relação entre o oral e a escrita, o aprendiz seja capaz de ler." (BARBOSA, 1994, p. 28).

No entanto, antes de impor à criança escrever sílabas, palavras, frases, é indispensável que o alfabetizador proporcione oportunidades de aproximação da escrita em variados contextos, que estabeleça relações com os diferentes suportes de escrita: livros, jornais, cartazes, dentre outros.

Enquanto produção histórica e social, a linha do tempo divide a história em antes e depois da escrita. A partir de então, o homem pôde registrar sua cultura, as descobertas, sua maneira de ver o mundo. Isso não quer dizer que o homem não manifestasse o desejo de se expressar, antes de

desenvolver a escrita. Ele se comunicava por meio do desenho e da pintura, mas foi com a escrita que ampliou sua habilidade comunicativa e socializou o registro através de um sistema convencional de sinais. No entanto, aprender a ler e a escrever é mais do que uma simples decodificação de símbolos. Para o sujeito construir a habilidade de escrever e ler é preciso ter consciência de que a escrita tem por função, registrar fatos criados e vividos pelo homem.

Diante da relevância social da escrita é possível dizer:

"(...) e a escrita, que foi na Antiguidade privilégio de sacerdotes e nobres, é hoje necessidade e direito de todos." (ROCHA; ROTH, 1992, p. 29)

Em se tratando de direitos no cenário nacional, vejamos o que Cunha e a Lei de Diretrizes e Bases têm a considerar.

3.2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA E ALFABETIZAÇÃO: UM DESAFIO HISTÓRICO

Pretendemos aqui traçar um panorama histórico do acesso escolar no cenário brasileiro, tendo como enfoque o atualmente chamado ensino fundamental, por se tratar do nível de ensino no qual o nosso objeto de estudo se encontra inserido, a alfabetização.

Façamos uma breve retrospectiva histórica, com a colaboração do que escreveu Cunha (1980).

No contexto brasileiro, só recentemente a educação passou a ser encarada como dever do Estado e direito de todos os cidadãos. A constituição de 1969 estabelece que "o ensino é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais".

Segundo Cunha, "esta durabilidade já existia antes do Estado Novo. Nesta época ela foi, entretanto, explicitada institucionalmente" (CUNHA, 1980, p. 289).

Nesse aspecto, em especial, se destaca a educação elementar de quatro anos de duração. A esse nível de ensino a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 4.024/61 denominou em um de seus capítulos (capítulo II) ensino primário e assim evidencia:

"Artigo 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social".

Ao analisar as entre linhas do presente Artigo, é possível dizer que o termo "expressão da criança", sugere o desenvolvimento da expressão oral, escrita, além de outras habilidades.

Posteriormente, a Lei 5.692/71, substituiu a expressão ensino primário por ensino de primeiro grau, especificando a ligação entre idade e grau de ensino. Tendo em vista a duração de oito anos do ensino de primeiro grau se tornou evidente que dos sete aos quatorze anos de idade, todas as pessoas deveriam freqüentar a escola, obrigatoriamente, garantindo o Estado à gratuidade nos seus estabelecimentos de ensino.

Essa nova Lei de Diretrizes e Bases, denominada Lei da Reforma do Ensino, prescreve sobre o desdobramento do tempo de escolaridade obrigatória e gratuidade em nosso país. Dessa forma, estabelece a extensão do ensino obrigatório de quatro para oito anos, uma vez que a Constituição de 1946 determinava que apenas o ensino primário, com quatro anos de duração, era obrigatório e gratuito nas escolas públicas.

Para Cunha, esse aspecto evidencia, pelo menos, no plano das leis, a abertura do sistema de ensino a todos, no entanto, no ano de 1972 (onze anos depois de sancionada a LDB) faltava escola para 4,4 milhões de crianças da faixa etária de 7 a 14 anos. O sistema escolar primário, até o presente momento, ainda não havia conseguido abranger todas as crianças de sete anos na primeira série.

Há uma tentativa de expansão da escolaridade obrigatória, no entanto, não há nítida preocupação com relação às taxas de reprovação e evasão

extremamente altas, valorizando assim, o aspecto quantitativo, em detrimento do qualitativo.

Sobre esse aspecto, Soares (1987) pondera:

Ora, essa acelerada democratização do acesso à escola não se tem feito acompanhar da necessária transformação dessa escola, transformação que a tornasse competente para servir aqueles que vêm conquistando seu direito a ela; por isso o fracasso escolar, particularmente na alfabetização (é na primeira série, cujo objetivo principal é a aquisição da leitura e da escrita, que são, como se sabe, mais altas as taxas de repetência e evasão), tornou-se tão evidente e ameaçador para as legítimas aspirações de uma democratização do saber e da cultura, que acompanhasse a democratização do acesso à escola, que não há como não reconhecer, hoje na alfabetização, o problema básico do sistema educacional brasileiro. (KLEIMAN, apud SOARES, 1995, p. 202).

Após inúmeras tentativas de universalização do ensino fundamental, o governo de 1995 iniciou uma nova política educacional, dedicando-se à aprovação da nova LDB e à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Entre outras garantias da nova LDB, se encontra o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade, tema esse não ventilado em legislações anteriores, a não ser na Lei 4.024/61, mesmo assim de forma tímida sem definição dos contornos desse atendimento. A expressão educação infantil abrange as faixas etárias acima citadas, sendo oferecida em creches, para crianças de até três anos e pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96, não mais aponta ensino primário ou ensino de primeiro grau. O texto traz a nomenclatura Ensino Fundamental e, em seu Artigo 32, descreve um de seus objetivos:

"o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo" (MEC, 1996, p. 14). Vale salientar que a educação infantil, com a nova a Lei, passou a ser a base do sistema, aliviando a carga da primeira série do chamado agora ensino fundamental. Essa é a LDB, ainda vigente no Brasil.

Apesar da obrigatoriedade educacional apontada nas três versões da LDB, o analfabetismo ainda hoje é uma das grandes problemáticas sociais, seja pelo não acesso a escola ou pela evasão escolar, permitindo assim que inúmeras crianças se distanciem do universo letrado. Nosso país vem reincidindo no fracasso da alfabetização, pode-se dizer que, neste início do século XXI, o problema ainda permanece.

Assistimos contemporaneamente a discussão em torno da ampliação do ensino fundamental para nove anos, essa, porém é uma expectativa que abordaremos adiante em tópico específico "O ensino de nove anos: algumas considerações".

Diante do panorama aqui exposto perceberemos a ênfase em torno dos aspectos legais com relação à inserção da criança no âmbito escolar, no entanto, não se tornaram explícitas as preocupações com os aspectos

cognitivo, de aprendizagem da leitura e escrita, enfim com os aspectos pedagógicos da alfabetização.

Em se tratando desta última, evidenciamos seus métodos no capítulo a seguir.

4. ALFABETIZAÇÃO: DIÁLOGO SOBRE OS MÉTODOS

A alfabetização tem sido a grande preocupação nos meios educacionais e acadêmicos do país nos últimos anos, haja vista o número de seminários a ela dedicados nos anos de 1983 e 1984. É comum sentir-se nessas ocasiões uma preocupação obsessiva por parte dos educadores por "métodos" de alfabetização, preocupação essa causada pela busca ansiosa de um instrumento seguro para a consecução dos objetivos mínimos da escola: ensinar a ler e a escrever. (KATO, 1995, p. 5).

Tomo a afirmação de Kato, em seu livro "o aprendizado da leitura", além de outras concepções, para juntamente com Soares (2007), e outros autores discutirmos a questão dos métodos.

No decorrer da história da alfabetização, sempre existiu uma disputa considerável entre os alfabetizadores que adotaram diferentes concepções de alfabetização. Havia os defensores do método sintético e defensores do método global.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1985) "[...] tradicionalmente, conforme uma perspectiva pedagógica, o problema da aprendizagem da leitura e da escrita tem sido exposto como uma questão de métodos. A preocupação dos educadores tem-se voltado para a busca do "melhor" ou "mais eficaz" deles [...]".

Valem, portanto, os comentários de Abud (1987, p. 28) que compartilha da mesma idéia "[...] o sucesso da alfabetização depende do emprego de bons métodos de ensino. No entanto, sabe-se que a alfabetização não é apenas uma questão de métodos. Sua eficácia depende, principalmente, da ocorrência que deve existir entre o plano pedagógico e a língua a ser ensinada."

Um método para ser eficaz, antes de qualquer coisa, é necessário que o alfabetizador disponha de hipóteses claras sobre a natureza do objeto a ser aprendido (escrita) e a natureza da aprendizagem desse mesmo objeto.

Com relação a isso, Soares indaga: "Alfabetização em busca de um método?" Hoje é proposta para nós sob forma de pergunta, no entanto, durante décadas essa mesma indagação teve caráter afirmativo, uma vez que a alfabetização esteve ávida por um método, sintético, global, ou até mesmo eclético.

Sobre o método sintético, podemos dizer que esse modo de alfabetização é assim denominado devido à necessidade do reconhecimento de partes simples para posteriormente chegar a partes de maior complexidade. A síntese assim se define: Inicialmente, a aprendizagem se restringe ao ensino das letras. Após adquirir esse conhecimento, há toda uma preocupação que se volta para produção de sílabas, perpassando pela aprendizagem das palavras e finalmente o domínio de frases.

O caminho sintético é o mais antigo de todos, tem mais de dois mil anos. Considera a escrita objeto de conhecimento externo ao aprendiz e, a partir daí, realiza uma análise puramente racional de seus elementos. A instrução procede do simples para o complexo, racionalmente estabelecidos. (BARBOSA, 1994, p. 46).

Apesar de este ser o método mais antigo de se aprender a ler, inúmeras críticas a ele são feitas. Segundo Feil, "[...] a criança trabalha sobre fragmento, conseqüentemente sua aprendizagem fica reduzida à decifração". Na opinião da mesma, "quanto tempo se perde com este processo lento, mecânico e artificial." (FEIL, 1987, p.28).

A alfabetização, baseada nos métodos sintéticos é apontada como artificial e mecânica se mantendo distante de quem se pretende atingir, ou seja, a criança. Está voltada ao ensino das letras, sílabas e só posteriormente à formação de palavras; palavras que têm, como função, a memorização de letras estudadas anteriormente.

Dentro desse contexto, está a leitura mecânica. O ato de ler significa mera decifração de sons, sílabas e palavras, desvinculado da existência, da preocupação com o sentido. Por outro lado, sabemos que o indivíduo que não domina o sentido das palavras e apenas as decifra ainda não aprendeu a ler. De acordo com Abud (1987), o método sintético evoluiu da seguinte forma:

ALFABÉTICO: parte dos sinais simples, letras e grafemas.

SILÁBICO: Como o próprio nome sugere esse método de alfabetização se inicia pelas sílabas que posteriormente se combina em palavras e frases.

FONÉTICO: Parte dos fonemas para posterior combinação de sílabas palavras, frases.

Contrariamente ao método sintético, emerge o método global. Esse por sua vez, critica o método sintético em duas de suas especificidades, sendo a primeira em relação à desvalorização do sentido, a segunda diz respeito à negação do reconhecimento da palavra por parte da criança sem que anteriormente reconheça as unidades menores (letras, sílabas).

Se o método global se apresenta contrário ao sintético, podemos dizer que o caminho percorrido pelo mesmo, parte de unidades maiores (palavras, frases, textos) para chegar a unidades menores (letras, fonemas, sílabas).

De acordo com Carvalho (1998, p.73), "[...] nas primeiras décadas do século XX, a alfabetização por métodos globais, já estava consagrada, inicialmente em escolas experimentais, mais tarde, no ensino regular".

Vejamos algumas variações, dos métodos segundo Kato (1995):

GLOBAL ANALÍTICO-SILÁBICO: Supõe que a concepção da criança sobre a escrita é possível através de unidades menores, silábicas, ou ainda que é possível introduzir a ela tal noção.

GLOBAL-ANALÍTICO-FONÊMICO: Pressupõe ser essa decomposição possível de ser feita a nível fonêmico-grafêmico.

SILÁBICO-SINTÉTICO: Supõe que a criança compreende a sílaba, e a partir de sua representação grafêmica chegue a unidades significativas como as palavras e frases.

FÔNICO-SINTÉTICO: Pressupõe que a criança compreende unidades sonoras menores que a sílaba (os fonemas), para a partir de sua representação grafêmica, chegar às unidades significativas.

Fazendo uma análise das variações e de acordo com Soares (2007), os métodos de alfabetização sempre orientaram o ensino e a aprendizagem da língua escrita, assim sendo a preocupação com uma verdadeira proposta de alfabetização não se tornou evidente, sendo mais simples camuflar a complexidade existente na aquisição da leitura e escrita através da busca pelo variados métodos.

A eficiência da alfabetização, durante muito tempo, esteve atrelada ao método utilizado. O método foi considerado fator essencial do processo de aprendizagem da língua escrita. Por conta da supervalorização atribuída ao mesmo, é que durante décadas nas produções acadêmicas e científicas sobre alfabetização, predominou a temática em torno dos métodos.

Se houve época em que a alfabetização esteve fortemente atrelada aos mesmos, a partir da década de oitenta, essa concepção é inovada, sobretudo a partir das descobertas de Emilia Ferreiro e seus colaboradores.

4.1. PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: OUTRO OLHAR SOBRE A ALFABETIZAÇÃO

Ao pensar a alfabetização e pretendermos traçar um panorama sobre essa temática, não podemos deixar de lado os pressupostos trazidos por Emilia Ferreiro e seus colaboradores na década de 80, doutora pela Universidade de Genebra e uma das mais conhecidas seguidoras dos postulados de Jean Piaget.

Como afirma Mortatti (2007, p. 158), as pesquisas desenvolvidas por Ferreiro, embasadas nas descobertas de Piaget, caracterizam-se como uma "revolução conceitual" da alfabetização. Do ponto de vista teórico, suas idéias mudaram os questionamentos que orientavam a aquisição da escrita na alfabetização.

Resgatando a idéia do sujeito cognoscente de Piaget, a própria Ferreiro se refere:

Algo que temos procurado em vão nesta literatura é o próprio sujeito: o sujeito cognoscente, o sujeito que busca adquirir conhecimento, o sujeito que a teoria de Piaget nos ensinou a descobrir. O que quer isso dizer? O sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é um sujeito que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia, e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca. (FERREIRO, 1985, p. 26)

Os resultados decorrentes desta pesquisa se propuseram a explicar a "psicogênese da língua escrita", ou seja, a forma como a criança aprende a ler e escrever. Tal processo de aquisição é entendido como o resultado da interação do sujeito com o objeto de conhecimento, neste caso a língua escrita.

Mortatti, evidencia as mudanças a partir desta nova tendência:

Trata-se de uma mudança de paradigmas que gerou sério impasse entre o questionamento da possibilidade do ensino da leitura e da escrita e sua metodizarão e a ênfase no modo como a criança aprende a ler e escrever, ou seja, como a criança se alfabetiza. (Mortatti, 2007, p. 58)

Se anteriormente a esse período a alfabetização inicial era considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de prontidão da criança, agora surgem novas perspectivas.

Tradicionalmente, as discussões sobre a prática alfabetizadora tem se centrado na polêmica sobre os métodos utilizados. Nenhuma dessas discussões levou em conta o que agora conhecemos: as concepções das crianças sobre o sistema de escrita. (FERREIRO, 1995, p. 29)

Soares (2003) sistematiza o processo de aquisição da escrita à luz das concepções de Ferreiro:

Inicialmente, a criança vai passar a escrever abstratamente, colocando no papel as letras que ela conhece, numa tentativa de, realmente, escrever "casa", sem o recurso de utilizar desenhos para dizer aquilo que ela quer. Então, depois a criança passa pela fase silábica para registrar o som (o som que ela percebe primeiro é a sílaba), ela vai perceber o som do fonema e chega o momento em que ela se torna alfabética. Esse foi um grande esclarecimento proporcionado pelo construtivismo. (SOARES, 2003, p.17).

Atualmente, se percebem modificações na maneira de pensar a alfabetização, sobretudo tendo como referência a psicogênese da língua escrita e sua forma de perceber a fase inicial de aquisição da mesma. Dessa maneira, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, que norteiam as linhas gerais da educação nacional fazem a seguinte referência:

No início dos anos 80, começaram a circular entre educadores, livros e artigos que davam conta de uma mudança na forma de compreender o processo de alfabetização, deslocavam a ênfase habitualmente posta em como ensinar e buscavam descrever como se aprende. Tiveram grande impacto os trabalhos que relatavam resultados de investigações, em especial a psicogênese da língua escrita (MEC,1997,p. 20).

No entanto, conclusões equivocadas foram tiradas a respeito da teoria construtivista, uma vez que se disseminou a idéia de que ao lado desta teoria não era necessário a existência de um método. Segundo Soares, não existe uma teoria sem um método, assim como não existe um método sem a teoria, um necessariamente depende do outro. Façamos uso de suas próprias palavras:

Havia um método, mas não uma teoria. Hoje acontece o contrário: todos têm uma bela teoria construtivista da alfabetização, mas não têm um método. Se antigamente havia método sem teoria, hoje temos uma teoria sem método. E é preciso ter as duas coisas: um método fundamentado numa teoria e uma teoria que produz um método. (SOARES, 2003, p. 17).

Devido a equívocos, em se tratando de alfabetização, método se tornou um conceito estereotipado, pois, quando se fala do mesmo, a tendência é referenciar aos tipos tradicionais sintéticos e analíticos.

Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, ao criticarem os métodos de alfabetização, em sua obra *Psicogênese da língua escrita* (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985), não negam a possibilidade de assunção de um método, desde que sejam respeitados os processos de aprendizagem do sujeito, "processos que tal ou qual metodologia pode favorecer, estimular ou bloquear". (p. 26).

Dessa forma, o construtivismo constitui uma teoria mais complexa, merecendo ser interpretada em suas especificidades. Trouxe algo novo que não conhecíamos; permitiu saber que os passos da criança, em sua interação

com a escrita, são dados numa direção que permite descobrir que escrever é registrar sons e não "qualquer coisa".

Ferreiro e Teberosky (1985) revelam ao alfabetizador o caminho pelo qual a criança percorre em direção à compreensão da escrita, como um sistema de representação. Dessa forma, estabeleceram, através de suas pesquisas, cinco níveis da evolução da mesma:

NÍVEL 1. A criança produz os traços da escrita de acordo como a sua forma básica, ou seja, se essa forma básica for a letra de imprensa, os grafismos se apresentam separadamente, compostos em linhas curvas e retas; se a forma básica for a escrita cursiva, os grafismos serão ligados ente si com linhas onduladas. Nesse nível ainda, tende a relacionar o número de letras com o tamanho ou a forma do objeto representado.

NÍVEL 2. Nesse nível, as grafias se encontram mais próximas das letras. A criança já dispõe da idéia de que é necessário um número de grafismos variados para escrever algo.

NÍVEL 3. A criança busca atribuir um valor sonoro a cada letra que compõe a escrita, esse processo é uma importante evolução denominada hipótese-alfabética.

NÍVEL 4. Caracteriza-se pelo conflito que advém da passagem da hipótese alfabetiza para a alfabética. A criança desconstrói a idéia de que é necessário certa quantidade mínima de grafias e busca uma análise que vá "mais além" da sílaba.

NÍVEL 5. O fim da evolução se caracteriza com o nível da escrita alfabética. A criança já compreende que cada um dos caracteres da escrita corresponde a um valor sonoro menor que a sílaba. A partir deste momento a criança apenas se confrontará com as dificuldades próprias da ortografia.

A partir do conhecimento da evolução da escrita, proposto por Ferreiro e Teberosky, podemos dizer que as garatuñas das crianças vão, aos poucos, se aproximando, cada vez mais, das letras e da escrita convencional, sobretudo se a criança vive em um meio que lhe é favorável à aquisição desta aprendizagem, ou seja, se vive em um ambiente letrado.

As concepções sobre letramento serão bordadas em seguida.

5. CONCEPÇÕES SOBRE LETRAMENTO E ALFABETIZAR LETRANDO

Há pouco mais de duas décadas, a indagação "O que é letramento?" se faz necessária no que se refere à alfabetização. Essa última é um vocábulo fortemente presente no meio social. Seja pelo seu sentido (aquisição da tecnologia da escrita), seja por palavras a ela associadas como analfabetismo, alfabetizar, analfabeto...

Dessa forma, o vocábulo alfabetização não nos causa estranheza, assim como não suscita dúvidas. No entanto, o mesmo não ocorre quando nos referimos aos termos alfabetismo e letramento, pois o sentido dos mesmos ainda não se encontra claramente definidos.

Em sua obra "Alfabetização e Letramento" publicada, recentemente, no ano de 2007, Soares evidencia que o termo alfabetismo é originado do inglês literacy. Alfabetismo foi progressivamente sendo substituído pelo termo letramento. Segundo a mesma autora, somente no ano de 2001 esta palavra foi dicionarizada.

"Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita" (SOARES, 2001, p. 15) Sobre essa concepção, ainda consultando a mesma autora:

[...] a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda "analfabeta" porque não aprendeu a ler e escrever, mas já penetrou no mundo do letramento já é de certa forma, letrada. (Soares, 2001, p. 24).

Podemos assim estabelecer o diálogo com o pensamento de outros autores:

Uma criança que compreende quando o adulto lhe diz: "olha o que a fada madrinha trouxe hoje!" está fazendo uma relação com o texto escrito, o conto de Fadas: assim, ela está participando de um evento de letramento (porque já participou de outros, como o de ouvir estória antes de dormir); também está aprendendo uma prática discursiva letrada, e, portanto essa criança pode ser considerada letrada, mesmo que ainda não saiba ler e escrever. (KLEIMAN, 1995, p. 18)

Letramento é palavra recém chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências lingüísticas: é na segunda metade dos anos 80, que ela surge no discurso dos especialistas da área. (Soares, 2001, p. 15).

Anteriormente, a essa década, era comum se utilizar apenas a palavra alfabetização como forma de aquisição da técnica da escrita e mais

amplamente a formação do cidadão leitor e escritor. Com o advento do letramento, os dois processos tentem a se distinguir. Vale salientar que alfabetização e letramento que habitualmente são confundidos, são processos distintos, embora relacionados.

Palavras novas emergem, na medida em que fatos e acontecimentos surgem. Assim, à medida que o analfabetismo vai aos poucos sendo superado, à medida que a sociedade vai se tornando, cada vez mais centrada na escrita, aprender a ler e escrever não mais é suficiente, sendo assim justificado.

As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e escrever, mas não necessariamente incorporam as práticas da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competências para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita: não lêem livros, jornais, revistas [...] (SOARES, 2001, p. 46).

Essa visão começa a fazer sentido, a partir do momento que a problemática do analfabetismo é amenizada, para nomear o novo fenômeno surge a palavra letramento. Decorrente desta última surge o verbo "letrar".

[...] assim teríamos, alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 2001, p. 47).

Torna-se evidente que, no momento atual, aprender a ler e escrever, puro e simplesmente, não mais responde às expectativas sociais. É necessário fazer uso das práticas de leitura e escrita como tem frisado Soares, em diferentes textos por ela escritos.

No entanto, a aquisição da tecnologia da escrita, não é pré-requisito para o letramento, isto é para a participação em práticas sociais de leitura e escrita, uma vez que analfabetos podem ter certo nível de letramento, mesmo sem ter adquirido a tecnologia da escrita. Basta que o mesmo se utilize de outro que adquira a tecnologia da escrita e dela faça uso, participe de rodas de história, discussões sobre noticiários de jornais, dentre outras práticas.

Do exposto, busco concluir que a perspectiva da alfabetização deve estar atrelada à alfabetização e letramento, codificar e decodificar a escrita, visando à sua utilização prática do ponto de vista social.

6. O ENSINO DE NOVE ANOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Assistimos, atualmente, à discussão em torno da ampliação do ensino fundamental para nove anos. Essa é mais uma tentativa de ampliação do número de anos do ensino obrigatório.

Ao analisarmos a legislação educacional brasileira, percebemos a progressiva ampliação. A Lei de nº 4.024/61 estabelecia o ensino fundamental de quatro anos, em decorrência da nº 5.692/71 se estende para oito anos.

Seqüencialmente, a Lei 9.394/96 sinalizou o ensino fundamental de nove anos, tornando-se meta da educação nacional. A partir de então, com a Lei de nº 11.274/2006 foi instituído que as crianças de seis anos de idade serão incluídas no sistema educacional brasileiro. A aprovação da Lei que aqui se refere representa a inclusão de um maior número de crianças no sistema educacional brasileiro, principalmente as que pertencem às camadas populares, uma vez que as crianças de seis anos das classes medias e altas já se encontram em sua grande maioria incorporadas ao sistema de ensino.

O documento "Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão das crianças de seis anos de idade" é referencia nacional para as questões pedagógicas, administrativas e de avaliação para a referida proposta. Assim o mesmo define:

A implantação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito anos para nove anos de duração exige tratamento político, administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem. (MEC, 2006, p. 9)

Algo relevante no processo de ampliação do Ensino Fundamental se constitui também na oportunidade de qualificar a alfabetização e o letramento nos anos iniciais. Devendo ser objeto de estudo, por parte dos professores, a importância da relação das crianças com o mundo da escrita, formação de leitores e a relevância do papel do professor (a) nesse processo. Esse se caracteriza, também, como o momento adequado para revermos concepções e práticas de alfabetização.

A reflexão trazida por Gorni (2007) nos leva a perguntar se de fato as escolas estão preparadas para a nova mudança, tendo em vista que o prazo para adequação de todas as escolas à nova Lei é 2010, uma vez que o ingresso da criança com seis anos no Ensino Fundamental não deve consistir uma medida meramente administrativa.

Faz-se necessário professor para atuar, revisão do projeto pedagógico para o ensino das séries iniciais, o que impõe desafios, sobretudo na perspectiva da alfabetização e letramento, espaços educativos, dentre uma série de demandas, visando atender às crianças com essa nova faixa etária no Ensino Fundamental.

Se conseguiremos atender todas elas, assim como os objetivos propostos, os anos que seguem se encarregarão de nos revelar.

7. EXPECTATIVAS DE LEITURA

Como não é possível nos limites deste trabalho abordar os mais variados aspectos relacionados ao aprendizado e desenvolvimento da leitura e da escrita, destaco aqui dois aspectos relevantes que neste estudo não foram aprofundados para quem assim o desejar fazer.

Primeiramente as contribuições da professora Miriam Lemle, sobre variação lingüística, em seu livro "Guia Teórico do Alfabetizador" (1988) que assim se refere: "[...] todas as línguas mudam numa sucessão de passos, pois cada nova geração de uma comunidade introduz alguma mudança na língua." (LEMLE, 1988, p. 45).

Contemporaneamente assistimos com a Reforma Ortográfica prevista para entrar em vigor a partir de 2009, que o nosso alfabeto passará a ter 26 letras. Foram introduzidas as letras K, W e Y, o alfabeto completo passa a ser:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U W V X Y Z

Com a atual reforma, as letras K, W e Y, serão usadas na escrita de símbolos de unidades de medida: Km (quilômetro), W (Watt) e na escrita de palavras, nomes estrangeiros e seus derivados, podendo ser exemplificado: show, playground, Kaiser.

Esse acordo ortográfico passa a ser adotado pelo Brasil, Portugal, assim também pelos demais países falantes da língua portuguesa.

No entanto, a língua não é usada de modo homogêneo por todos os seus falantes, a língua portuguesa, assim como as demais, não se apresenta de maneira uniforme para todas as regiões.

O professor que não tem preparo para entender as mudanças lingüísticas acaba crendo na idéia que aqueles que falam "errado" são ignorantes. Vale salientar que Lemle discute tal temática de maneira abrangente.

Outro aspecto relevante não abordado neste estudo diz respeito à consciência fonológica. Consultando Adams (2006) e seus colaboradores no livro "Consciência fonológica em crianças pequenas", podemos assim encontrar: "[...] antes que possam ter qualquer compreensão do princípio alfabético, as crianças devem entender que aqueles sons associados às letras são precisamente os mesmos sons da fala [...].

O desafio é fazer com que as crianças notem os fonemas, descubram sua existência e possibilidades de separá-los.

Estes além de outros fundamentos teóricos são indispensáveis aos professores de classes de alfabetização, a fim de compreender os mecanismos da nossa língua.

8. REFLEXÃO: O QUE AGORA SEI DO QUE NÃO SABIA

Pretendo, aqui, refletir sobre alguns aspectos que, no decorrer dos estudos, foram sendo desencadeados. O trabalho monográfico, pré-requisito para a finalização da graduação, se caracteriza como oportunidade de nos aproximarmos de uma determinada temática.

Neste caso, face à escolha que fiz foi possível perceber o quanto ignorava sobre a temática da alfabetização. Em vista disso criei expectativas de continuar os estudos com relação ao que me propus a estudar.

Um aspecto que me proporcionou reflexão foi o fato de que, paralelo ao momento em que eu me alfabetizava, as concepções da psicogênese propostas por Emilia Ferreiro repercutiam mundialmente, mas não alcançaram a cidade de Ribeira do Pombal, onde fui alfabetizada, assim como descrevo no diário.

Para além da reflexão, preconceitos foram atenuados, sobretudo com relação aos métodos, uma vez que imaginava ser o método sintético a mazela da alfabetização e o "método" construtivista ser a solução para os problemas do fracasso escolar. Exponho aqui mais uma descoberta proporcionada através desse estudo, o construtivismo se caracteriza enquanto uma teoria, não como um método.

Desconhecia totalmente a existência do método global, hoje posso me referir ao mesmo com maior propriedade.

Dentre outras considerações, a história da evolução da escrita me encantou, pois, anteriormente nunca havia pesquisado com tanto interesse sobre a mesma.

Quero ressaltar, dentre os autores estudados, a leitura de Juvêncio Barbosa em seu livro *Alfabetização e Leitura* (1994), que abriu horizontes inclusive em relação a aspectos aqui não abordados. O autor descreve o livro na antiguidade como sendo um objeto de arte, uma vez que a confecção de capas e folhas anteriormente a imprensa se dava de maneira artesanal. Destaca ainda, o prazer estético em torno do livro, a transmissão do conhecimento através do oral, através do que o mesmo chamou de leituras públicas, essa leitura foi bastante significativa.

Ressalto aqui através da reflexão de outros autores os saberes necessários a uma alfabetizadora. Pretendo dizer que a criança inserida no meio urbano, logo percebe a escrita enquanto realidade no mundo em que vive. Na classe de alfabetização, é preciso considerar tal aspecto, valorizando o processo de aprendizagem muito mais que o processo de ensino.

Tornou-se evidente que, após a década de 80, através dos estudos da Psicogênese da língua escrita os educadores tomaram conhecimento de que a alfabetização se distancia da lógica de apropriação de um código.

Os anos que seguiram paralelo aos estudos sobre o letramento se tornaram extremamente relevantes para o aprendizado da língua escrita.

Enquanto professor (a) e tendo em vista o letramento, vale recordar como foi a nossa experiência enquanto alfabetizando. Será que pudemos vivenciar o prazer de escutar e ler histórias, além de outros textos variados naquela etapa inicial, quando ainda não tínhamos completo domínio da escrita alfabética?

Se a experiência do professor (a), enquanto aluno em uma classe de alfabetização, valorizou tais aspectos, certamente esse professor (a) irá reproduzir tal experiência. Porém, se tais aspectos foram negados (como afirmo ser meu caso particular) pretende-se que tais momentos venham a ser recuperados em rodas de histórias para crianças, na valorização de parlendas, trava línguas, músicas, quadrinhas, dentre os mais variados tipos de texto, considerando estes, momentos de ricas experiências.

É preciso também que o alfabetizador (a) trabalhe na perspectiva da escrita com funcionalidade, com o propósito de comunicar algo a alguém. Desta forma, no anseio de comunicar algo que, utilizando à escrita, pretendo socializar esse estudo com você que agora o lê, deixando transparecer o quão significativo o mesmo se tornou para mim, desde a memória da minha alfabetização, traduzida sob a forma de diário, até a reflexão que aqui encerro.

REFERÊNCIAS:

ABUD. Maria José Millarezi. **O ensino da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização**. São Paulo: EPU, 1987.

ADAMS, Mirian [et. al.], (ORG). **Consciência fonológica em crianças pequenas**. Porto Alegre: Artemed, 2006.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 4024/61. Brasília: 1961.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 5692/71. Brasília: 1971.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf. Acesso em 28/11/2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PCN: Língua Portuguesa**. Brasília. Disponível em <http://portal.MEC.gov.br/Seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>.> acesso: 15/10/2008.

CARVALHO. Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CUNHA. Luis Carlos. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

CAGLIARI. Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. 10. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. De Diana Myriam Lichtenstein, Liana de Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FEIL, Isilda Terezinha Sausen. **Alfabetização: um desafio novo para um novo tempo**. 9. ed. Ijuí. Vozes, 1987.

GORNI, Doralice Aparecida Paranzini. **Ensino Fundamental de nove anos: estamos preparados para implantá-lo?** Ensaio: aval. pol. publ. Educ. Rio de Janeiro, v.15, n.54, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php?>> Acesso em: 20/11/2008.

KLEIMAN. Ângela B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, SP: Mercado das letras, 1995.

KATO, Mary Aizawa. O aprendizado da leitura. 4. ed. São Paulo: Martins Fonte, 1995.

LEMLE, Mirian. **Guia teórico do alfabetizador.** 2. ed. São Paulo.Ática. 1988.

MORTATTI. Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização** (São Paulo/ 1875-1994). São Paulo, Unesp. Conped. Inep, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Letrar é preciso, alfabetizar não basta mais? In.**Teoria e práticas de letramento.** Lia Scholze, Tania M. K. Rosing (ORG). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. (p. 155-168).

NISKIER. Arnaldo. **LDB: a nova lei da educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica.** Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

ROCHA, Ruth; ROCHA, Octávio. **O livro da escrita.** São Paulo. ed. Melhoramentos. 1992.

ROJO, Roxane (ORG.). **Alfabetização e letramento: Perspectivas lingüísticas.** São Paulo. Mercado das letras, 1998.

Rizzo, Gilda. Alfabetização Natural. ed. Bertand Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento** - um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Ceale Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização.** In; Letramento no Brasil reflexões a partir do INAF. Org. Vera Massagãi Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Global, 2004

SOARES, Magda. **A reinvenção da alfabetização.** Revista Presença Pedagógica, n. 5, jul./agos. 2003. Disponível em:< <http://www.editoradimensao.com.br/> revista 52_trecho.htm>. Acesso em: 20/11/2008.

TUFANO, Douglas. **Guia prático da nova gramática**. 1 ed. São Paulo. Melhoramentos, 2008. Disponível em: <http://www.livrariamelhoramentos.com.br>>. Acesso em: 20/11/2008.

ZATZ, Lia. **Aventura da escrita**: história do desenho que virou letra; 2 ed. São Paulo: Moderna, 2002.